

Intervenção do Presidente da Junta na Reunião de Câmara
Descentralizada 27/07/2016

Senhor Presidente é para mim particularmente grato poder estar aqui hoje num ato solene, neste edifício, que ainda hoje representa a minha escola, assim, como de tantos outros que por aqui passaram, se cultivaram e se catapultaram para os seus próprios objetivos da vida.

Este é um espaço vocacionado para a educação e o conhecimento

Mas é simultaneamente importante senhor Presidente, estar neste local, após termos conjuntamente, alias, como sempre deveria acontecer, respondido aos apelos da comissão de pais, que mais não traduziam, do que uma necessidade premente para os nossos alunos e nessa circunstancia possamos ter tido a oportunidade de dar as mãos para levar a efeito esta obra de requalificação, que foi o pavimento sobre o qual nos encontramos.

Mas senhor Presidente, não menos importante, é estarmos aqui hoje e poder constatar que precisamos novamente de unir esforços, para superar algumas lacunas já anteriormente referenciadas e que se estivermos juntos podemos minimizá-las e até resolve-las.

Concretamente a pintura interior e exterior, a impermeabilização da sala azul, as redes das balizas, o melhoramento do recreio. Deu V. Ex^a mostras de exemplar empenho no âmbito da educação como é prova inequívoca a manutenção do ensino secundário no Vale do Âncora, neste particular com as dificuldades que resultam de reverter e ajustar um despacho ministerial.

Logo, tudo isto, são pequenas, grandes coisas, que com a boa vontade de quem esta para servir, podem ser ultrapassadas conferindo à nossa escola mais e melhores condições, que por arrastamento resultará em maior procura, melhor ensino, melhor abordagem à maturação daqueles que serão os homens e mulheres de amanhã.

Mas falando de boa vontade, quero aqui, publicamente reconhecer, e sempre agradecer a V. Ex.^a, a decisão que tomou em delegar na Junta a

resolução do problema que persistia indefinida e inexplicavelmente no Adro da Igreja Paroquial desde o início de Janeiro último.

Sr. Presidente, vossa Ex.^a deu mostras de confiança nesta sua Junta de Freguesia, e acabou por demonstrar, que efetivamente podemos atingir objetivos comuns quando se delega, quando não pretendemos possuir o controlo das situações, meramente pelo prazer do controle absoluto, mas sim controlar pela satisfação das populações, de cooperar e resolver dificuldades.

Sr. Presidente, o senhor foi autor de uma decisão, que embora pareça de pequena envergadura, revela-se grandiosa, mais que não seja, porque contrariou um parecer técnico completamente desajustado, que remetia a resolução do problema para a época de alto verão.

Sr. Presidente, bem haja, na sequência de tal decisão a obra está feita. A obra está funcional. Muito obrigado senhor Presidente, os Ancorenses podem agora frequentar um espaço que lhes é tão querido em condições de segurança e sem que tenham de presenciar um cenário terceiro mundista que nos foi imposto durante 4 infindáveis meses.

Senhor Presidente, tive o privilégio de ter recebido o convite de V. Ex.^a, para a inauguração de uma obra tão importante, como é a nova Biblioteca Municipal, para mim, privilégio acrescido, pela distinta presença do senhor Primeiro Ministro, que procurei ouvir com a maior atenção.

Nesse contexto permita-me que manifeste aqui e agora, humildemente, o meu apreço e simpatia pela pessoa do doutor António Costa.

Não por ser um grande socialista, ou um grande político, que o é, mas sim, por ter tido em momentos decisivos a coragem única no contexto partidário, de gerar consensos pluripartidários, que não tenho dúvidas, resultarão no futuro em mais e melhor democracia em Portugal, em mais justiça social, em maior e melhor articulação na gestão do futuro de todos nós.

Deu início, ao fim de um ciclo de 40 anos, em que três partidos políticos nunca foram responsáveis por tanto mal que infringiram ao país e aos portugueses.

Das palavras de sua Ex.^a o senhor Primeiro Ministro, não podia deixar de registar termos como descentralização, conhecimento e sobretudo a delegação de competências para as freguesias que na opinião do senhor Primeiro Ministro (com a qual comungo inteiramente) fomentam o desenvolvimento, o emprego local, simultaneamente resultando em obra e na redução dos custos e obviamente nos problemas das famílias.

Reconheço ao senhor Primeiro Ministro essa capacidade, até porque, o demonstrou claramente enquanto Presidente da Câmara Municipal de Lisboa, onde pessoalmente conheço alguns desses exemplos, exemplos que surtiram efeitos positivos, que serviram sem dúvida para complementar e angariar o enorme capital de prestígio que hoje detêm.

Senhor Presidente da Câmara, há cerca de 3 anos atrás, traçamos juntos, um caminho para Âncora, ambicioso? É certo, eu concordo. Mas muito pouco ambicioso para que possa parar a convicção de quem acredita.

No entanto não fosse a salutar ambição de contribuir para a causa pública, com o único sentido de contribuir para melhorar a vida de todos nós e hoje não estaríamos aqui.

Quero eu próprio, quer V. Ex.^a.

Não teríamos hoje a oportunidade de olhar para o passado recente e ver o muito que conseguimos, é verdade, estamos hoje aqui perante um exemplo. Mas esse olhar já pertence realmente ao passado, pelo que se revela da maior importância que nos concentremos no imenso mar do que falta fazer, nas melhorias que teríamos levado a cabo se tivéssemos empreendido tal como a estratégia que juntos delineamos, para este mandato .

Uma estratégia que obviamente passava por uma componente prática, que visava responder ao atraso que durante décadas esta freguesia foi submetida.

Admito o nosso desenquadramento geográfico no contexto do concelho de Caminha.

Não posso admitir que enquanto formos membros de pleno direito possamos estar durante décadas sujeitos ao regime de exclusão à condição de filho inconveniente.

Traçamos uma estratégia simplificada, objetiva, que pudesse responder aos problemas da terceira idade, que podia contribuir para a fixação e regresso dos inúmeros Ancorenses que foram forçados a abandonar a sua terra e as suas gentes, que não representava mais do que um justo direito de uma freguesia que tanto deu e pode continuar a dar ao concelho de Caminha, este, que sempre, esteve de costas voltadas para esta, a Âncora da margem sul do rio.



Descarga de águas pluviais para a praia do Forte do Cão

Sr Presidente, Processos como a Cidade, o Forte do Cão, o Plano de Pormenor da Orla Costeira, o PDM, a dinamização da Área Empresarial da Gelfa, a Praia da Gelfa, as acessibilidades, tem de estar sempre presentes na nossa conduta e actividade.

A Cidade têm o potencial necessário para catapultar esta região, no âmbito turístico económico. A nós, cabe-nos a obrigação de aproveitar esse potencial a favor das pessoas.

O Forte do Cão, foi no passado recente, o pioneiro na sensibilização para a causa da regeneração do Património histórico, para a sua utilização e aproveitamento.

Rodeado por tamanha beleza natural que aos muitos visitantes sempre apaixonou, promoveu gastronomia, promoveu cultura, promoveu Folclore quando este estava ausente há diversos anos dos cartazes de animação do concelho, mas não conseguiu a dignidade suficiente para integrar o programa do cartaz ao qual etnograficamente falando deu o nome

Talvez Âncora esteja votada a tal estigma, Ingloriamente, não consegue encontrar entidades parceiras que valorizem o seu esforço.

Âncora sente-se estrangulada num colete de forças em que o duvidoso plano de ordenamento costeiro, em revisão, restringe deliberadamente sob pretextos inexistentes, progressos ou qualquer dinâmica que a Junta intente promover. Com o sentido de criar mecanismos para o funcionamento da autarquia.

São claros e rotundos os prejuízos, para a freguesia e para os seus fregueses.

O Plano Diretor Municipal não deve ser um instrumento limitativo na ação da Junta no que se refere à criação de infraestruturas de apoio à terceira idade, não deve condicionar o investimento, deve sim, conter características ambientais sustentadas que fomentem o emprego, a qualidade de vida, a fixação dos Ancorenses á sua terra em harmonia com o meio ambiente.

As gentes e as obrigações que a sociedade lhe impõe têm de estar primeiro.

Desvalorizar investimentos já efetuados com base em regulamentos governamentais que na esmagadora maioria das vezes não foram pensados ou levadas em conta as assimetrias do Alto Minho, que apenas permite a pratica da Lavoura de subsistência, da pequena parcela, que não concorre para as necessidades dos mais pequenos agregados familiares.

Que contem premissas que não se observam nos locais, nomeadamente, entre outros, linhas de água inexistentes ou obsoletas.

No Alto Minho, podem contar-se pelos dedos das mãos o número de agregados familiares que poderiam ou podem sustentar-se da terra. A pergunta é... E os demais?

Não é seguramente uma aposta no futuro. Ou será quando o estado repensar a política do emparcelamento... Mas até neste contexto a mecanização agrícola visa a redução da mão-de-obra.

A junta de freguesia demarca-se desta política governamental que retira oportunidades aos Ancorenses.

A dinamização da área empresarial da Gelfa tem de continuar a ser uma prioridade na procura incessante de investidores que possam criar postos de trabalho. Uma parte significativa não está ocupada quando existem interessados em se estabelecer. Esta área precisa de um novo visual e as zonas envolventes mais asseadas onde conste informação relativa às empresas que aqui laboram.



Precisa de ordenamento, precisa de sinalética, sinalética de trânsito que a Junta requisitou há sensivelmente há quatro anos e mesmo tratando-se

apenas de dois sinais de cedência de prioridade estes ainda não foram colocados.

A área empresarial precisa que a nova empresa Luságuas efetue as manutenções periódicas tais como estabelecidas no contrato que firmou com o Município e que não cumpre. Mas também não o cumpre nas restantes artérias que lhe estão adjudicadas, têm sido a Junta a resolver as situações de maior gravidade apesar dos exíguos meios que dispõe.

A Luságuas limita-se a justificar que não tem pessoal. E que eu não aceito que resolvam o problema com Herbicida.

Não o fizeram, é certo, mas as ruas estão em estado calamitoso, porque a outra medida, contratar mão de obra ou atuar com meios mecânicos adequados, não foi tomada.

As diversas ruas que foram alvo de contrato para limpeza urbana com esta empresa não são tratadas com a periodicidade que consta no referido contrato, aliás há ruas que ainda não foram objeto de qualquer tratamento por esta empresa. Nem muito menos o conceito e definição de limpeza urbana, está patente.



Rua do Corgo integra protocolo com a empresa de limpezas numa zona sem habitações

Ao abrigo do contrato área empresarial tinha de ser intervencionada **2 vezes por mês em época alta** ou seja entre **15 de Junho e 15 de Setembro** diversos arruamentos 2 vezes por semana e outros 1 vez por semana. Inequivocamente tal não acontece.



A Praia da Gelfa, precisa de pequenos cuidados que já são reclamados desde 2010, **Sanitários** que apresentem a dignidade exigida, mas no mínimo asseados, limpos, é comum apresentarem um cheiro nauseabundo a urina, porque estão de portas escancaradas 24 horas por dia sem a limpeza que se impunha.

O passadiço está partido desde meados de Junho sinalizado por fitas que a Junta colocou. Sinto-me mal por isso. Sinto na própria pele e em silêncio, a revolta de quem arreou a Bandeira da freguesia do Estandarte da Bandeira Azul. Erradamente é verdade, entretanto sr. Presidente, recai em mim a ira de quem queima contentores em sinal de protesto, de quem queima barracas, que queima Ecopontos, que escreve maldosamente nas paredes da Freguesia, de quem lança comunicados insultuosos e difamatórios.

Isto Sr. Presidente, na freguesia de Âncora, que durante mais de três décadas em que o Partido Socialista e o Partido Comunista foram

oposição a esta Junta e sempre souberam respeitar o partido que se encontrava a gerir os destinos da Freguesia, sempre utilizaram os meios democráticos e do mais elementar respeito institucional, para manifestar os seus desagrados, fazendo disso mesmo uma bandeira ao Civismo. Não obstante assistir-se a uma gestão descuidada e ruínosa.

Este executivo não é isento de erros, mas até quando erra, fá-lo com carinho e dedicação.

Esta Junta e esta Assembleia de Freguesia não merecem conviver com a falta de meios que lhe permita ultrapassar os problemas que diariamente surgem ao longo deste território.

Sinto a impotência de um presidente de Junta para solucionar problemas, para corresponder às expectativas, uma reparação ou o simples pregar de 4 tabuas como se diz na gíria. Revela-se uma montanha de problemas.

Dos Caldeirões foram retiradas tabuas que pertenciam a Âncora, desapareceram sem que fossem recolocadas no seu lugar original tal como estava previsto. Ao longo do passadiço encontram-se centenas de tábuas danificadas que poderiam ser substituídas com o referido material só que este não está na posse da Junta.

A praia da Gelfa embora não tenha a classificação de **Praia acessível** e julgo não precisar de ostentar tal galardão para que na prática o seja. Apenas precisa de uma pequena passadeira para satisfazer as muitas pessoas que dela necessitariam para aceder à zona de banhos, inclusivamente moradores locais.

O Parque de estacionamento é condicionador para os muitos que preferem a praia da Gelfa em detrimentos de outras. Urge encontrar soluções, a Junta tem um projeto em terreno seu onde pode albergar cerca de 54 viaturas, unicamente precisamos de ultrapassar burocracias.

A mata da Gelfa não pode continuar fechada e vedado o seu acesso aos Ancorenses, que somente tem por finalidade condicionar a utilização dos cerca de 1000 metros de extensão de Praia. Uma área que é dos Ancorenses e dos portugueses em geral, onde podem ser abertas novas concessões de praia criando dinâmicas sustentadas.

As Acessibilidades

Quanto às acessibilidades embora exista um sem fim de necessidades às quais nos últimos anos a Junta não tem conseguido reunir meios para as intervenções que se impunham, Começo pela Rua do Calvário, que faz juz ao nome que ostenta, começa a ser realmente um verdadeiro calvário percorre-la, fruto das diversas intervenções nela efetuadas sem que seja posteriormente tratada conveniente, nomeadamente no que diz respeito ao enorme caudal de águas pluviais que comporta. E que satura ruas paralelas.

Rua do Paço, é uma via estruturante com um pavimento paupérrimo e medidas reduzidas para o tráfego que atualmente comporta, a mesma realidade se verifica na Rua de St^a Luzia.

A Rua do Viana necessita com a máxima urgência de uma intervenção para nivelamento do pavimento pois apresenta um autentico labirinto de deformações que os automobilistas são obrigados a serpentear como de um circuito de Rali se tratasse.

Para a Rua do Sobrado é reclamado um piso nivelador desde 2009, é uma via que apresenta condições deploráveis, que recentemente recebeu a rede de Gás Natural e não beneficia de nenhum melhoramento.

A Rua de Pedarroso, sendo a principal artéria rodoviária da freguesia necessita com a maior urgência de alargamento e pavimentação adequada que culmine com a ligação à Rua das Águas Férreas através do viaduto na EN 13.

A Rua do Pinheiro Manso, que ficará na história deste concelho pela entrega dedicada e trabalho dos moradores transformaram um caminho de terra batida, onde apenas era possível circular a Pé, numa rua onde já circulam veículos, infraestrutura com saneamento e rede de Aguas, entregaram ao Município a gestão e os rendimentos, complementaram-na com um pré-pavimento em fresado, mas que precisa agora de um pavimento adequado.

A Junta de Freguesia têm investido todos os seus esforços na Rua da Cidade (Caminho de Santiago), já efetuou o alargamento em 140 mts lineares, falta ainda as verbas para a tão desejada pavimentação.

Senhor presidente da Câmara Municipal de Caminha, Âncora esteve com V. EX^a,

Âncora quer estar com V. EX^a, da Câmara Municipal, Âncora, espera a obtenção do lugar que é seu por direito próprio.